

TÍTULO DO TRABALHO			
A PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO DO FUNDEB-ITA DO SEPE (SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO)-ITABORAÍ: transformismo ou guerra de posição?			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Marco Vinícius Moreira Lamarão	Programa de Pós Graduação em Educação- Universidade Federal do Rio de Janeiro.	PPGE-UFRJ	Doutorando
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Analisa a atuação do sindicato dos trabalhadores no Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB no Município de Itaboraí, no período de 2011-2013. Trabalha com a hipótese da existência de possibilidades e limites de ação dos trabalhadores da educação no interior deste conselho, focalizando a questão central: em que medida e de que forma o CACS- FUNDEB pode ser um instrumento utilizado pelos trabalhadores da educação e demais na construção de uma escola pública, de qualidade, laica, gratuita e emancipatória? Por meio do materialismo histórico, busca investigar a problemática através do conflito e da contradição.</p> <p>Trabalha categorias e conceitos como conselhos, Estado Integral, sociedade civil e sociedade política, guerra de posição e de movimento, intelectual, dentre outros. Problematisa o sentido da proliferação dos conselhos na área da educação no Brasil, contextualizando-os e investigando as diversas matrizes teóricas que fundamentam os conselhos em sua relação com o Estado e a sociedade, partindo da hipótese de que o Estado pretende educar os tipos humanos em uma nova sociabilidade. Analisa o referido conselho através da legislação, atas de reunião, matérias jornalísticas locais, e, por estudo de caso, através do acompanhamento das reuniões e das planilhas contábeis e das lutas do SEPE local em prol da carreira, do salário e da defesa da educação pública. Os resultados desta pesquisa mostram, por fim, que ademais a função cumprida por estes espaços na formação de um novo conformismo social, eles podem instrumentalizar aspectos das lutas travadas na educação em favor dos seus trabalhadores.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
CACS FUNDEB, Guerra de Posição, valorização docente.			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Analyzes the performance of the workers' union on the Council of Monitoring and Social Control FUNDEB in the municipality of Itaboraí, in the 2011-2013 period. Works on the assumption of the existence of possibilities and workers' action limits education within this council, focusing on the central question: to what extent and how the CACS- FUNDEB can be a tool used by education workers and others in construction of a public school, quality, secular, free and emancipatory? By means of historical materialism, investigates the problem through conflict and contradiction.</p> <p>Work categories and concepts such as councils, Integral state, civil society and political society, war of position and movement, intellectual, among others. It discusses the meaning of the proliferation of councils in education in Brazil, contextualizing them and investigating the various theoretical frameworks that support the councils in their relationship with the state and society, on the assumption that the state intends to educate human types in a new sociability. Analyzes of the board through legislation, meeting minutes, raw local news, and for case study, by monitoring the meetings and the financial spreadsheets and struggles of the local SEPE for the sake of career, salary and education advocacy public. The results of this research show, finally, that besides the function fulfilled by these spaces in the formation of a new social conformity, they can equip aspects of struggles in education in favor of their workers</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
war of position, CACS FUNDEB, teacher valorization.			
EIXO TEMÁTICO			
6- Educação, classe e luta de classes.			

A PARTICIPAÇÃO DO SEPE-ITA NO CACS FUNDEB-ITA E A LUTA PELA VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO.

Marco Vinícius Moreira Lamarão

1. Introdução

O artigo ora apresentado é síntese de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do PPGE-UFRJ - realizada com o financiamento da CAPES e sob orientação do Prof. Dr. Roberto Leher - tendo como objeto de análise central a participação do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro- Núcleo de Itaboraí/RJ (doravante, SEPE-Ita) no Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) de Itaboraí/RJ (CACSFUNDEB-Ita) ao longo do período de 2011-2013. Procurou-se responder a seguinte questão central: se- e de que maneira- o CACSFUNDEB poderia ser um instrumento dos trabalhadores da educação e demais trabalhadores na construção de uma escola pública de qualidade, laica e emancipatória?

Partimos de duas hipóteses: a primeira é a hipótese histórica de que os conselhos do FUNDEB foram frutos de um processo profundamente inspirado pela Terceira Via em termos teóricos e a luta pela democratização no Brasil e carregam consigo um conjunto de valores, práticas e sentidos contraditórios que ao tempo que estimulam a participação ativa também contribuem para a conformação da nova sociabilidade do capitalismo financeiro, promovendo um processo contraditório de “expansão e esvaziamento” do sentido da “democracia”, onde estes espaços perdem a dimensão do conflito e são entendidos - tal e qual a sociedade civil- como o *locus* privilegiado do consenso, do diálogo, da colaboração e da corresponsabilidade. Os estudos acerca dos conselhos na educação tem destacado sua relevância científica e social na medida em que estes tiveram, desde a promulgação da Constituição de 1988 até os nossos dias, um aumento de sua presença e importância e, atualmente, não são poucos os que perpassam o sistema educacional e o âmbito escolar. Conselho Tutelar, Conselho de Educação, Conselho de Merenda, Conselho de Classe, Conselho Escolar e Conselho do FUNDEB são exemplos de como os conselhos povoam o universo escolar e se fazem presentes como um “corolário necessário” da “democratização”. Contudo, e esta é a segunda hipótese, partindo do caráter contraditório da realidade, a participação ou não das organizações dos trabalhadores da educação não pode ser estabelecida *a priori*, e depende, substancialmente, da capacidade teórico-prática destas no enfrentamento a esta realidade.

O referencial teórico desta pesquisa foi produzido no debate com o materialismo histórico levando à utilização de conceitos e categorias como totalidade, luta de classes, Estado - este na sua acepção gramsciana, de Estado Integral ou ampliado-, conselho, democracia, sindicato, entre outros. O pensador italiano, ao analisar o conceito de Estado, incorpora a sua análise a ideia de sociedade civil que seria formadas pelas organizações (aparelhos privados de hegemonia) a qual se adere voluntariamente (partidos políticos, sindicatos, Igrejas, revistas, jornais e TV's, grupos empresariais, ONG's, movimentos sociais, etc.). O Estado em Gramsci, não seria somente o seu aparato *stricto sensu* (aparato burocrático-militar e jurídico, entre outras coisas, o qual denomina de sociedade política), mas também os diversos organismos que empreendem suas disputas na sociedade civil. O Estado seria, portanto, a dialética entre coerção e convencimento. Diante desta configuração, a classe trabalhadora precisaria redefinir a forma de empreender a sua luta, adotando não só a perspectiva de tomar para si o controle do Estado (guerra de movimento), mas avançando em uma correlação de forças que, continuamente, lhe seja mais favorável a empreender esta luta (guerra de movimento). Muitas das vezes, a classe que detém a hegemonia de um determinado bloco histórico, utiliza-se para tanto, do transformismo, qual seja, a adoção de parcela das demandas- ou das lideranças- das classes (ou frações de classes) a se subordinar, como forma de cooptação destas classes (GRAMSCI, 2011). Ainda, o Estado ampliado, segundo Gramsci , buscará conformar os indivíduos a uma sociabilidade afinada as necessidades de sua classe hegemônica nominando este processo de Estado-Educador. Nestes termos, a questão central poderia ser colocada da seguinte maneira: a participação do sindicato no conselho do FUNDEB representa um movimento que pode avançar em posições favoráveis aos trabalhadores da educação e demais trabalhadores ou significa a adesão destas classes a uma democracia da Terceira Via?

Foi utilizado como procedimento de investigação o estudo de caso e analisado, como base empírica, quatro séries principais de documentos: primeiro os documentos oficiais, tanto os marcos legais do conselho em nível federal e municipal, quanto às planilhas demonstrativas do FUNDEB, produzidas pela Secretaria Municipal de Fazenda (SEMAF) e apresentada pela SEMEC nas reuniões do CACSFUNDEB; segundo os documentos produzidos pelo próprio conselho, sejam os ofícios, os requerimentos, convocações, etc. sejam as atas das reuniões do conselho; outra importante fonte de investigação e análise foram os documentos produzidos pelo sindicato em suas atas de assembleia, ofícios expedidos e blog, entre outros; quando necessário recorreremos à análise das publicações veiculadas tanto na grande mídia quanto na mídia local, sendo esta a ultima série documental.

2. O CACSFUNDEB: histórico e legislação.

Foi ao longo do governo Fernando Henrique Cardoso que os conselhos de acompanhamento e controle social surgiram pela primeira vez. A sua criação acompanhava uma série de reformas na estrutura do Estado denominadas de “Reforma Gerencial” que eram capitaneadas pelo Ministério de Administração e Reforma do Estado, cujo titular era Bresser-Pereira. Buscava-se dar ao Aparelho de Estado brasileiro uma maior eficiência em suas atribuições ao tempo em que se buscava reorientar os gastos governamentais a fim de aumentar a sua governabilidade. Para tanto, dividia-se o estado em três setores: aqueles mais estratégicos – núcleos técnico-militar-burocrático- seriam reforçados. Na outra ponta, aqueles setores que, por seu caráter mercadológico, deveriam ser entregues a iniciativa privada graças à sua dinâmica de concorrência e aperfeiçoamento: o caso de empresas estatais que foram privatizadas como a Embratel, a CSN, A Vale do Rio Doce, entre outras. No intermédio, ficariam áreas como a saúde, a educação e a previdência onde, segundo estes intelectuais, através da propriedade pública-não estatal, poder-se-ia aliar tanto o *know how* da iniciativa privada quanto à universalidade e gratuidade prescrita na Constituição na oferta destes serviços, mantendo o financiamento público destas áreas, mas delegando a administração e execução destes recursos não mais a servidores concursados e sim através das Organizações Sociais [ONG’s e Oscips]. (BRESSER PEREIRA, 2002). Ainda, esta maior participação da “sociedade civil” (aqui, entende-se, iniciativa privada) representaria a democratização do Estado brasileiro.

O FUNDEF cumpria, portanto, com duas das metas propostas: possibilitava um corte de gastos na educação, como foi notado no governo FHC e Lula da Silva e, ao criar o conselho de acompanhamento e controle social (CACSFUNDEF), através da lei 9424/1996, permitia e estimulava a participação no acompanhamento e controle social das verbas do fundo. A existência legal dos conselhos, contudo, não significou a sua existência real ou eficácia. Ao contrário, muitos foram os mecanismos que os Poderes Executivos- nas distintas esferas- se utilizaram para manobrar os conselhos, desde a indicação de membros para ocupar a representação dos “setores da sociedade civil” até a existência somente formal do conselho, passando por muitas outras situações que, em prática, impediam o seu funcionamento.

Algumas das críticas feitas ao conselho do FUNDEF foram incorporadas à legislação quando na criação do seu sucessor, o FUNDEB, através da lei 11494/2006. Em especial, àquela que denunciava a forte presença do Estado no interior do conselho, pretensamente, de controle social (DAVIES, 2007). No que diz respeito à esfera municipal, o CACSFUNDEB teria 11 representantes sendo que somente três destes seriam do Poder Executivo (dois da secretaria de educação ou correspondente e um da secretaria de fazenda ou equivalente). Outras mudanças legais foram adotadas com o objetivo de resguardar e proteger a ação dos conselheiros, em especial aqueles representantes dos profissionais da educação e dos alunos, de possíveis perseguições e retaliações.

Outro ponto foi a afirmação da entidade sindical como a responsável pela indicação dos representantes dos professores e dos funcionários da escola. Todavia, uma característica permaneceu em ambos os conselhos: a incapacidade técnica e a falta de formação adequada dos conselheiros com assuntos de difícil apreensão, a saber, o domínio de linguagem contábil (para além dos seus aspectos políticos), esta característica tende a tornar o conselho ato contínuo do ente que deveria ser submetido ao controle social. Segundo Davies (i), estas características minam a capacidade de efetiva participação social e acabam fazendo destes conselhos legitimadores de políticas de transferências de responsabilidade, típica do Estado neoliberal, atribuindo à “sociedade” responsabilidades inerentes ao Estado que, na prática, não passam de mera formalidade. Por outro lado, outros autores celebravam os conselhos como importante avanço da democracia (BRESSER-PEREIRA, 2002), ou mesmo que os conselhos representavam o exercício da cidadania e que transformavam a cultura política e estimulavam a participação (PAZ, 2005), em suma, reconheciam suas potencialidades, para além dos limites e deficiências.

3. Itaboraí- aspectos gerais e Rede Municipal de Educação.

O município de Itaboraí situa-se na área metropolitana do Rio de Janeiro tendo uma extensão territorial de 429.3 Km² e uma população estimada de 211.000 habitantes. É subdividido em oito distritos: Itaboraí, Porto das Caixas, Itambi, Sambaetiba, Visconde de Itaboraí, Cabuçu, Manilha e Pachecos. Dos 92 municípios do estado, ocupa a 66^a colocação no ranking de IDH e a 12^a em população. Esta extrema pobreza se manifesta na violência. Segundo dados de 2002 do IPEA, o município de Itaboraí ocupa a 8^a posição dos 10 municípios com maior taxa de homicídios por habitantes da região sudeste brasileira e a 20^a posição neste mesmo ranking dentre todos os municípios brasileiros (LAMARÃO, 2013). Suas principais atividades econômicas atualmente são serviços e comércio, transporte, construção civil, pecuária, apicultura, etc. Panorama econômico-social este que tem se modificado radicalmente, tendo em vista que Itaboraí será sede da mais importante obra da indústria petroquímica no Brasil: o COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) a ser instalada na região de Porto das Caixas e Sambaetiba. Este empreendimento traz consequências diretas para o financiamento da educação municipal, devido à previsão de aumento das verbas locais.

A política em Itaboraí, bem como em outras regiões do Rio de Janeiro, apresenta traços específicos do histórico clientelismo do Estado e das relações políticas no Brasil conhecidos como “amaralismo”, termo oriundo de Amaral Peixoto quando - em sua disputa com “Chagas Freitas” pelo controle político da máquina partidária que administrava o Estado e o ex- Distrito Federal – se utilizava de trocas de cargos de confiança no aparelho do Estado por apoios políticos. A rede municipal de educação é utilizada neste sentido: de servir de aparelhamento para o Poder Executivo e Legislativo, indicando os diretores das escolas e controlando a contratação de mão-de-obra

terceirizada, como troca de favorecimento eleitoral. Poucos são os movimentos sociais organizados, de caráter popular, da sociedade civil em Itaboraí sendo o núcleo sindical dos profissionais da educação um dos mais importantes.

A rede municipal de educação era, ao longo do período de análise, composta por 85 unidades de ensino, dentre as distintas modalidades e níveis educacionais. Regida pelas Leis Complementares 18/2000 e 56/2006. Uma das grandes dificuldades da pesquisa foi a obtenção de informações referentes à Rede Municipal de Ensino seja devido a não publicização das informações quando solicitadas ao ente público, seja pela divulgação dos dados do censo escolar contarem com certa defasagem em relação ao ano corrente nos impossibilitando de usarmos dados referentes ao ano de 2013. Durante o período analisado referentes a rede pública municipal (2009-2012), o número de matrículas apresentou um crescimento irregular em números absolutos.

Tabela I- Número de alunos matriculados na Educação Básica da Rede Pública Municipal
Itaboraí/RJ - 2009-2012

ANO	MATRÍCULAS	VARIAÇÃO
2009	29780	-
2010	30576	2,67%
2011	30364	- 0,69%
2012	30673	1,02%

Fonte: Censo Escolar/INEP.

O total de funcionários da rede, tanto concursados quanto contratados foi uma das informações obstruídas pela Secretaria de Educação. Embora inúmeras solicitações tenham sido feitas requisitando esta e outras informações, a secretaria tratou de não responder muitas delas e responder parcialmente a outras. No que diz respeito ao número solicitado de profissionais da educação total (distintas funções, estatutários e temporários), este foi respondido com o total dos docentes estatutários, cujas informações sistematizamos na tabela II. Estes índices serão significativamente alterados em 2013, conforme veremos mais adiante.

Tabela II- Número total de docentes estatutários – Rede municipal de Itaboraí/RJ- 2010-2012.

Nº total de Docentes	Varição	
2010	1485	-
2011	1594	7%
2012	1733	9%

2010- 12	-	17%
-------------	---	-----

FONTE: Ofício SEMEC-Ita: 163/2013.

3.1 A análise das receitas da educação municipal em Itaboraí/RJ

O município de Itaboraí situa-se na área metropolitana do Rio de Janeiro tendo uma extensão territorial de 429.3 Km² e uma população estimada de 211.000 habitantes. É subdividido em oito distritos: Itaboraí, Porto das Caixas, Itambi, Sambaetiba, Visconde de Itaboraí, Cabuçu, Manilha e Pachecos. Dos 92 municípios do estado, ocupa a 66^a colocação no ranking de IDH e a 12^a em população. Esta extrema pobreza se manifesta na violência. Segundo dados de 2002 do IPEA, o município de Itaboraí ocupa a 8^a posição dos 10 municípios com maior taxa de homicídios por habitantes da região sudeste brasileira e a 20^a posição neste mesmo ranking dentre todos os municípios brasileiros (LAMARÃO, 2013). Suas principais atividades econômicas atualmente são serviços e comércio, transporte, construção civil, pecuária, apicultura, etc. Panorama econômico-social este que tem se modificado radicalmente, tendo em vista que Itaboraí será sede da mais importante obra da indústria petroquímica no Brasil: o COMPERJ¹ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) a ser instalada na região de Porto das Caixas e Sambaetiba. Este empreendimento traz consequências diretas para o financiamento da educação municipal, devido à previsão de aumento das verbas locais.

A política em Itaboraí, bem como em outras regiões do Rio de Janeiro, apresenta traços específicos do histórico clientelismo do Estado e das relações políticas no Brasil conhecidos como “amaralismo”, termo oriundo de Amaral Peixoto quando - em sua disputa com “Chagas Freitas” pelo controle político da máquina partidária que administrava o Estado e o ex- Distrito Federal – se utilizava de trocas de cargos de confiança no aparelho do Estado por apoios políticos. A rede municipal de educação é utilizada neste sentido: de servir de aparelhamento para o Poder Executivo e Legislativo, indicando os diretores das escolas e controlando a contratação de mão-de-obra terceirizada, como troca de favorecimento eleitoral. Poucos são os movimentos sociais organizados, de caráter popular, da sociedade civil em Itaboraí sendo o núcleo sindical dos profissionais da educação um dos mais importantes.

A rede municipal de educação era, ao longo do período de análise, composta por 85 unidades de ensino, dentre as distintas modalidades e níveis educacionais. Regida pelas Leis

¹ Importante notar, diante dos noticiários atuais, que, à época, o COMPERJ era tido como o principal projeto da PETROBRAS e seria a maior refinaria da América Latina. Recentemente, a PETROBRAS afirmou que a conclusão das obras do COMPERJ não estava mais nos seus planos.

Complementares 18/2000 e 56/2006. Uma das grandes dificuldades da pesquisa foi a obtenção de informações referentes à Rede Municipal de Ensino seja devido a não publicização das informações quando solicitadas ao ente público, seja pelo fato de a divulgação dos dados do censo escolar contar com certa defasagem em relação ao ano corrente nos impossibilitando de usarmos dados referentes ao ano de 2013. Durante o período analisado referente à rede pública municipal (2009-2012), o número de matrículas apresentou um crescimento irregular em números absolutos.

Tabela I- Número de alunos matriculados na Educação Básica da Rede Pública Municipal Itaboraí/RJ - 2009-2012

ANO	MATRÍCULAS	VARIAÇÃO
2009	29780	-
2010	30576	2,67%
2011	30364	- 0,69%
2012	30673	1,02%

Fonte: Censo Escolar/INEP.

O total de funcionários da rede, tanto concursados quanto contratados foi uma das informações obstruídas pela Secretaria de Educação. Embora inúmeras solicitações tenham sido feitas requisitando esta e outras informações, a secretaria tratou de não responder muitas delas e responder parcialmente a outras. No que diz respeito ao número solicitado de profissionais da educação total (distintas funções, estatutários e temporários), este foi respondido com o total dos docentes estatutários, cujas informações sistematizamos na tabela II. Estes índices serão significativamente alterados em 2013, conforme veremos mais adiante.

Tabela II- Número total de docentes estatutários – Rede municipal de Itaboraí/RJ- 2010-2012.

Nº total de Docentes	Varição	
2010	1485	-
2011	1594	7%
2012	1733	9%
2010-12	-	17%

FONTE: Ofício SEMEC-Ita: 163/2013.

3.1 A análise das receitas da educação municipal em Itaboraí/RJ

Se os índices de crescimento de matrículas ou de docentes estatutários, ao longo da série, não são expressivos, o mesmo não pode se dizer das receitas destinadas a educação municipal de Itaboraí/RJ. Conforme podemos observar nas tabelas abaixo, os recursos da educação em Itaboraí

experimentaram um crescimento bastante significativo, basta dizer que, ao longo de todo o período, o total de receitas quase duplicou no Município. Três são as receitas principais do ente municipal para a sua rede municipal de educação, naquilo que é discriminado como Manutenção e Desenvolvimento de Ensino: o salário-educação, as receitas locais oriundas do que não fora destinado ao FUNDEB dos, no mínimo, 25% previstos na Constituição e repetida pela lei orgânica e, por fim, o FUNDEB. Somente as verbas do último são disponibilizadas em reuniões do CACS, o restante das verbas da educação não possui qualquer dispositivo de controle social. Podemos observar, com o auxílio das tabelas abaixo, a evolução, ao longo dos anos de 2009-2013, das duas principais receitas educacionais destinadas a Itaboraí. Todas as três principais fontes de financiamento (Salário-educação, FUNDEB e receitas locais) mantêm variação positiva. Devido à construção do COMPERJ, a receita que apresenta a maior variação positiva é a receita local (tabela III e gráfico I) que passou de R\$ 26.587.366,80, em 2009, e atingiu o montante de R\$ 73.778.687,60, em 2012, se tornando a mais importante fonte de financiamento, ultrapassando o FUNDEB (tabela IV e gráfico II) no último ano da série analisada, tendência que deve permanecer para os próximos anos. Como já foi dito, a receita local não é analisada pelo conselho do FUNDEB, ou qualquer outro conselho, tornando muito pouco transparente a aplicação desta receita.

Tabela III- Evolução da Receita Vinculada Municipal – **Fonte 01.**

Receita Constitucional 25% (Fonte 01)				
Variação				
Ano	Valor (R\$)	(a)	Inflação (b)	Variação Real (a-b)
2009	26.587.366,80	0%		
2010	36.888.486,30	38,74%	4,31%	34,43%
2011	47.751.870,20	29,45%	5,91%	23,54%
2012	73.778.687,60	54,50%	6,50%	48,00%
2009-2012		177,49%	16,97%	160,52%

Fonte: Tabela organizada pelo autor a partir de dados disponíveis no TCE/RJ: <http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/relatorios-lrf>

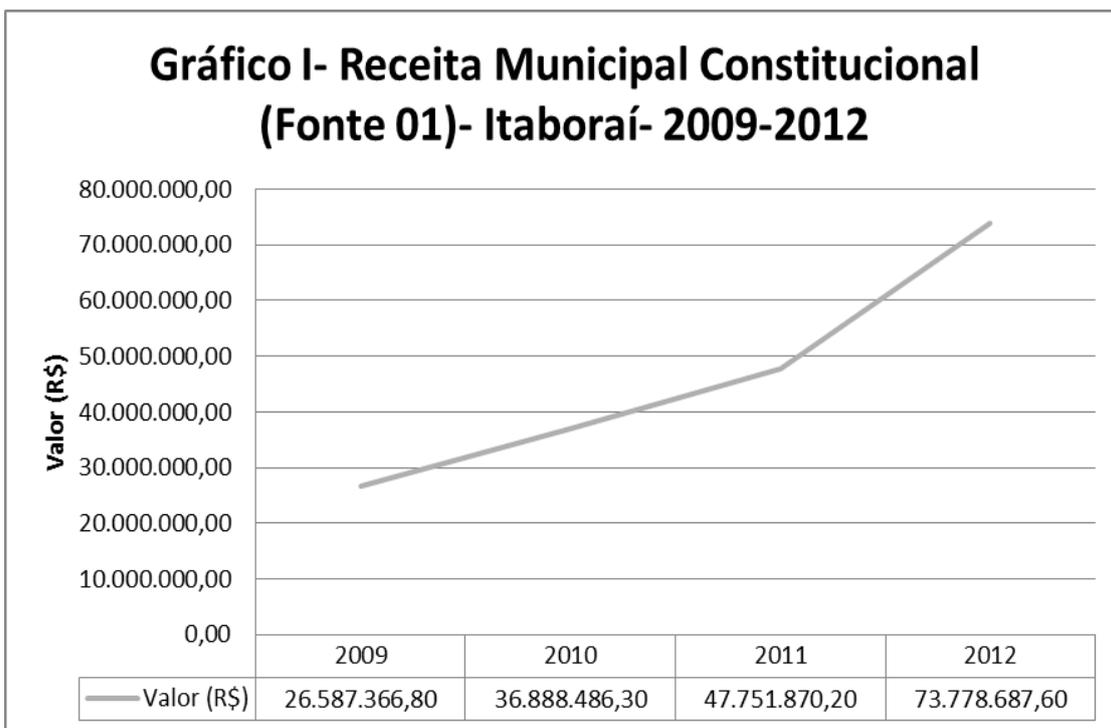
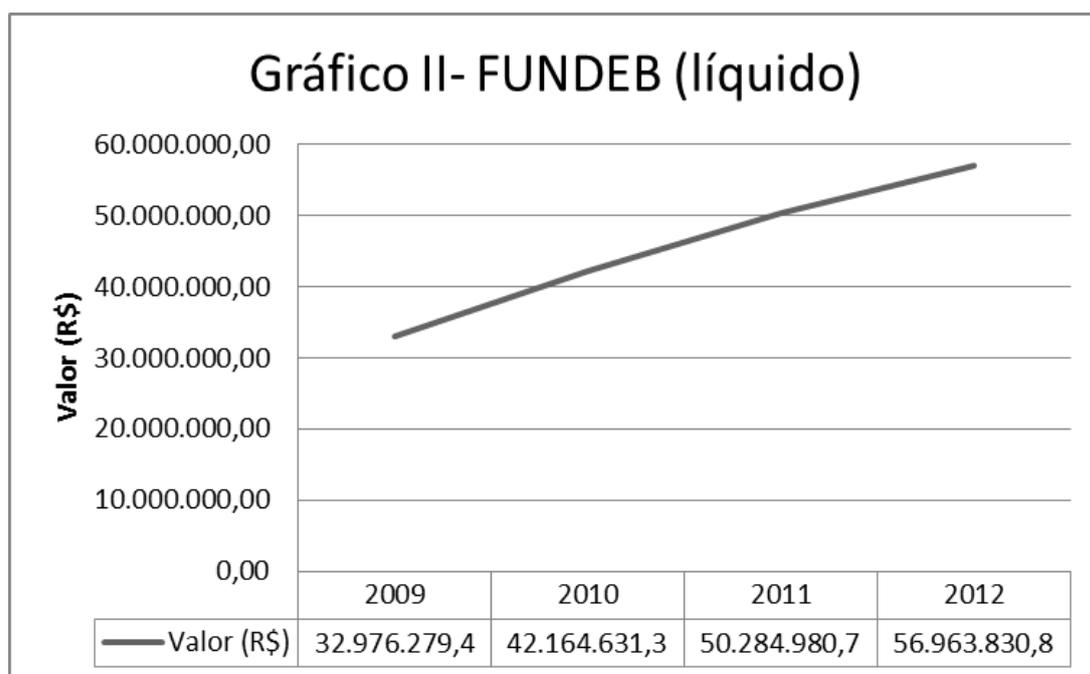


Tabela IV- Evolução dos recursos FUNDEB Itaboraí ano a ano: 2009-2012

FUNDEB (líquido)				
Ano	Valor Nominal(R\$)	Variação (a)	Inflação (b)	Variação Real (a-b)
2009	32.976.279,40	0%		
2010	42.164.631,30	27,86%	4,31%	23,55%
2011	50.284.980,70	19,26%	5,91%	13,35%
2012	56.963.830,80	13,28%	6,50%	6,78%
2009-2012		72,74%	16,97%	55,77%

Fonte: Tabela organizada pelo autor a partir de dados disponíveis no <http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/relatorios-lrf>

TCE/RJ:



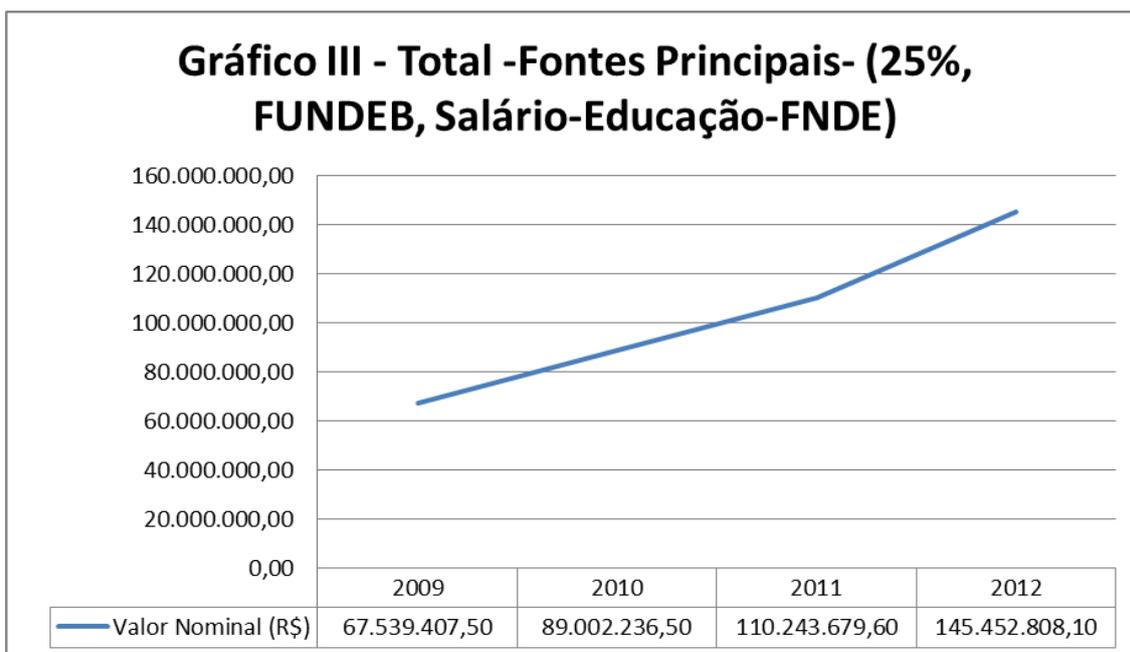
Através da tabela V e do gráfico III podemos perceber que o montante de recursos destinados a educação em Itaboraí variou positivamente de forma excepcional, sendo este crescimento impulsionado, em grande parte, pelo aumento da arrecadação dos impostos locais atribuídos à construção do complexo do COMPERJ que envolve não só a refinaria mas toda série de indústrias e serviços interligados. Em 2009, o montante total de todos os recursos educacionais correspondia a R\$67.539.407,50 e ascendeu para R\$ 145.452.808,10, em 2012. Sem a correção inflacionária, em termos absolutos, este crescimento foi de, aproximadamente, 115,36% e com a correção ele decaí para o patamar de 98,39%. Isto sem desprezar o FUNDEB que variou positivamente 55,77%, no mesmo período.

Tabela V - Total -Fontes Principais- (25%, FUNDEB, Salário-Educação-FNDE)

Total -Fontes Principais- (25%, FUNDEB, Salário-Educação-FNDE)				
Ano	Valor Nominal	Varição Real (a-b)		
	(R\$)	Varição (a)	Inflação (b)	b)
2009	67.539.407,50	0%		
2010	89.002.236,50	31,78%	4,31%	27,47%
2011	110.243.679,60	23,87%	5,91%	17,96%
2012	145.452.808,10	31,94%	6,50%	25,44%
2009-2012		115,36%	16,97%	98,39%

Fonte: Tabela organizada pelo autor a partir de dados disponíveis no <http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/relatorios-lrf>

TCE/RJ:



Cotejando as informações orçamentárias com as informações relacionadas da rede municipal (número de matrículas, número de docentes e unidades escolares) não é possível afirmar que o aumento destas receitas tem se refletido em melhorias substanciais na educação municipal e sua rede de ensino.

3.2 O CACS FUNDEB- Itaboraí e a participação do sindicato: limites e possibilidades

O conselho de acompanhamento e controle social de Itaboraí é regulamentado pela lei federal 11494/2006 e, no âmbito municipal, pelas leis 2005/2007; 2034/2007 e 2080/2008. A lei 2005/2007 cria o conselho municipal, instituindo 12 membros em sua composição, no que é alterada pela lei subsequente (2034/2007) que aumenta a composição do conselho em um assento, aumentando a participação do poder executivo no conselho. Não obstante, a composição pró-forma ser bastante favorável à “sociedade civil” o que se pode observar foi que a ingerência do Poder Executivo na indicação de muitos destes representantes minou esta potencial caracterização. (LAMARÃO, 2013)

O mandato que analisamos tomou posse em fevereiro de 2011 e teve duração de dois anos, se encerrando, como a nossa análise, em fevereiro de 2013. As atribuições do conselho forma definidas na lei federal e incluem, dentre outras coisas: o acesso e acompanhamento da elaboração dos dados do censo escolar, o acesso às receitas e despesas oriundas do fundo, o acompanhamento

de obras e reformas, o acompanhamento de contratos de prestação de serviços a rede, o acompanhamento do cumprimento do determinado em lei, o acompanhamento e controle sobre planilhas fiscais que indicavam os gastos efetuados com os recursos do fundo, etc. Ao final de cada ano, o conselho do FUNDEB emite um parecer sobre as contas anuais do fundo. Todavia, não é correto dizer que o conselho tem uma função fiscalizatória, mas sim de acompanhamento e controle social. Caso seja detectado algum equívoco, o conselho só tem poder de denúncia, devendo recorrer aos órgãos fiscalizadores (câmara dos vereadores, Ministério Público e Tribunal de Contas) para que estes procedam à investigação e as possíveis sanções. Além destas limitadas atribuições, foi observada, ao longo do período, a existência de diversos limites ao exercício do acompanhamento e controle social, como: a falta de qualquer formação técnica da grande maioria dos conselheiros, (inicial ou ao longo do mandato); a irregularidade temporal na apresentação das planilhas por parte do ente público; a obstrução de determinadas informações solicitadas (e ao longo da pesquisa, não respondidas); a influência do ente público na indicação dos representantes conselheiros; o não reconhecimento do sindicato na indicação do representante dos funcionários da rede municipal; a presença de um presidente no conselho (por um ano dos dois do mandato) que era representante da secretaria de educação (SEMEC), em flagrante desrespeito a lei; a dificuldade para a formação de quórum nas reuniões; pouca capacidade de visitação as escolas e obras (apenas duas em dois anos); ausência constante dos representantes dos pais e dos estudantes, entre outros limites que foram sentidos nesta e em diversas pesquisas- de distintas matrizes teóricas- sobre o tema. (LIMA, 2009; BRAGA, 2011).

Por outro lado, a participação do sindicato no conselho potencializou alguns avanços tanto para a organização e debates organizados por este quanto na garantia de algumas das suas pautas centrais. Efetivamente, a maior conquista que esta participação pode conferir ao sindicato foi a qualificação do seu debate político, encontrando nos argumentos contábeis e financeiros forte apoio para as suas demandas históricas. Neste sentido, o ano de 2013 significou, em termos de convocação de servidores estatutários, um importante avanço, tendo sido convocados pela prefeitura mais de 1200 (mil e duzentos) profissionais entre docentes e técnicos- administrativos, é certo que esta ação se deve a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) proposto pelo Ministério Público Estadual, todavia a ação que estimula o TAC, bem como um Inquérito Civil ainda em desenvolvimento, é movida pelo sindicato. Outro ponto foi a retomada do debate do financiamento público. Acompanhando o material de imprensa do sindicato, percebeu-se que o tema do financiamento passa a ocupar importante vértice no debate, ajudando a tornar público um debate central da educação, malgrado a sua rejeição. Uma terceira conquista atribuída a esta participação tem a ver com a reposição salarial dos profissionais da educação local. Um estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (DIEESE) demonstra a

evolução salarial dos profissionais da educação em Itaboraí desde 1998. O salário que segue se desvalorizando de 1998 até 2009 atingindo o seu ponto mais baixo em dez/2009, o percentual de 42,72% e, bastante tímido, começa a tornar-se ascendente desde então. Em dezembro de 2013, este percentual atinge 32%, uma reposição aproximada de 10%, descontada a inflação do período (aproximadamente 27%, pelo índice INPC-IBGE). Não por coincidência, a participação do sindicato no conselho analisado se inicia ao final de 2009 (LAMARÃO, 2013).

4. Considerações Finais

Neste sentido e buscando concluir, a nossa análise da participação do SEPE-Ita no CACSFUNDEB-Ita revelou aspectos contraditórios, ora se aproximando de características que balizam o argumento daqueles que enxergam o conselho como espaço meramente de cooptação, ora fazendo avançar o caráter público da educação municipal, seja através do acesso à informações antes inacessíveis, ou pela retomada da centralidade do debate do financiamento como mecanismo de pressão ao poder público, ou pela valorização profissional. A instrumentalização da luta dos profissionais da educação, levou-as as conquistas mais substanciais, dando-lhes melhor condição de empreender e organizar a luta por uma escola pública de qualidade. Neste sentido, as duas hipóteses levantadas para o problema foram, ao longo da análise, sendo validadas, a saber: A que a “natureza” histórica destes conselhos o conformavam no sentido de ser espaço de consenso, de corresponsabilidade e que, a depender da correlações, de forças pode ser útil- ou não- ao sindicato, a participação nestes conselhos. No entanto, duas ressalvas se fazem importantes: a necessidade e disponibilidade do conselheiro em se formar autonomamente para a sua atuação e a compreensão da verdadeira natureza destes espaços. Assim, a resposta indicada pela pesquisa à nossa questão central pode ser assim sistematizada: dependendo da particularidade de cada contexto político e sem perder de vista o caráter transformista destes conselhos, é possível, para determinados embates como os de ordem financeira, que a participação no CACSFUNDEB seja mais um espaço a operacionalizar e instrumentalizar a luta dos profissionais da educação por uma escola pública, emancipatória e de qualidade, em especial no aspecto da valorização profissional.

Referências Bibliográficas:

BRAGA, Marco Vinícius de Azevedo. *O controle social da educação básica pública: a atuação dos conselheiros do FUNDEB*. Brasília: UnB, Mestrado, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva nacional*. São Paulo: Ed. 34/ Brasília: ENAP, 2002.

DAVIES, Nicholas. *FUNDEB: a redenção da educação básica?*. Niterói: [s.n] 2007.

GRAMSCI, Antônio. *O Leitor de Gramsci*; Carlos Nelson Coutinho (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2011.

LAMARÃO, Marco Vinícius Moreira. *O conselho do FUNDEB no município de Itaboraí e a democracia da terceira via: uma análise crítica*. Rio de Janeiro: UFRJ/Dissertação de Mestrado, 2013.

LIMA, Ubirajara Couto. *As práticas de participação institucionalizadas e sua relação com a cultura política: Um estudo sobre o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB*. Salvador: UFBA, Mestrado, 2009.